

Kênia Gavino de Souza

A participação da Paraíba na Revolução Constitucionalista de 1932:

Mobilização para um conflito nacional

Belo Horizonte

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG

2012

Kênia Gavino de Souza

A participação da Paraíba na Revolução Constitucionalista de 1932:

Mobilização para um conflito nacional

Monografia apresentada ao Programa de Pós Graduação em História e Culturas Políticas da Universidade Federal do Estado de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção de título em especialista em História e Culturas políticas.

Orientador: Professor Adalson Nascimento

Belo Horizonte

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG

2012

Dedicatória

Dedico este trabalho ao meu amado pai Emídio Antônio de Souza, que desde a minha infância tem dado grande incentivo ao meu desenvolvimento intelectual e que me sensibilizou com a história do meu avô Manuel, o soldado 47, motivo maior para a realização deste.

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais pelo incentivo e confiança depositados em mim, ao tenente Onivan da Polícia Militar da Paraíba pela imensa ajuda na busca de dados. Sem esta ajuda seria impossível à conclusão deste trabalho e ao meu orientador, Adalson Nascimento pela paciência, incentivo e confiança.

Resumo

Ao abordar a revolução constitucionalista de 1932 é preciso entender que o apoio dado ao governo Vargas pela Paraíba e pelo restante do nordeste não foi apenas uma determinação da Interventoria. Essa teia de apoio foi percebida através de diversas pessoas que a construíram e estiveram envolvidas com a “Revolução de 1930”, que é dada como a base para 1932. É necessário também abandonar a visão de que foi um conflito meramente regional. Os aliados de Getúlio estiveram presentes e compuseram o cenário desta luta armada que mobilizou o país. O papel dos paraibanos teve grande relevância na vitória dos legalistas. Da Paraíba partiram militares e ex-combatentes dos conflitos de Princesa que compunham os batalhões provisórios. O primeiro batalhão era comandado pelo major Guilherme Falcone, autor da única obra publicada que narra à participação dos soldados paraibanos nesses confrontos. As tropas paraibanas lançavam-se à luta, “com entusiasmo, coragem e disciplina”, de acordo com os relatos de Falcone. O soldado paraibano entendia que lutar naquela revolução significaria dar continuidade ao propósito de João Pessoa: lutar por mudanças, buscar melhorias para o povo paraibano, seja no campo político ou social. Provaram todas as resistências, geográficas, bélicas, climáticas... Mas isso não impediu que prosseguissem. Houve perdas, porém na grande maioria dos combates os paulistas se retiravam da frente de batalha. Capão Bonito, Mogi-Mirim, Amparo e várias outras cidades foram tomadas pelas tropas apoiadoras de Getúlio, fazendo sempre as tropas paulistas recuar. O paraibano provou sua capacidade e eficiência nos campos de batalha e alcançou o objetivo de honrar o nome de João Pessoa, uma vez que o tinha como herói após este negar apoio ao Catete nas eleições de 1930. Até que dia três de outubro daquele ano as hostilidades cessaram e os paulistas se renderam.

PALAVRAS CHAVE: Revolução Constitucionalista de 1932- Paraíba- João Pessoa

SUMÁRIO

Lista de abreviaturas e siglas	7
Introdução.....	8
O Brasil no início dos anos 1930 e o contexto paraibano.....	12
A Paraíba dentro do conflito de 1932: a paixão os teria movido?.....	19
Considerações finais.....	35
Arquivos e fontes.....	37
Bibliografia.....	38

Lista de abreviaturas e siglas

B.C.= Batalhão de Caçadores.

C. P. M.= Centro de Preparação de Montanha/Militar.

E.S.I.= Escola Superior de Instrução.

F.O. = Fuzil Ordinário, arma das polícias e Exército antigamente em calibre 7mm ou 7,62mm.

G.E. M = General do Estado Maior.

H.C. E. = Hospital Central do Exército.

M.P.= Metralhadoras Pesadas.

R.A.M. = Regimento de Artilharia de Montanha.

Introdução

A Revolução Constitucionalista de 1932 é um dos temas mais explorados pela memória política do Estado de São Paulo. Este conflito é de tamanha importância para os paulistas que o dia 09 de Julho (dia em que se iniciou o conflito) é considerado feriado estadual. Segundo Lopes (2009), recentemente foram documentadas 272 obras referentes a esta revolução. A ampla maioria escrita por memorialistas e literatos. Ainda sobre este conjunto de obras, praticamente todas foram escritas por pessoas que participaram do movimento em São Paulo, seja contra ou a favor do estado. De Paula (1998) afirma que a censura que o governo imprimia nas páginas dos jornais das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro demonstrava uma baixa mobilização popular na capital bandeirante e a inexistência de relações com as outras partes do país.

Diante destes fatos a Revolução de 1932, foi considerada por muito tempo como um evento meramente regional. Todas as questões estavam resumidas ao estado de São Paulo e, quando muito, orbitavam em outros estados próximos ao campo bélico como Mato Grosso, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Alguns poucos trabalhos acadêmicos sobre este movimento, apontam o restante do país como coadjuvantes nas questões paulistas. Sendo citados em poucas linhas, apenas como comentários sobre a participação de tropas que estiveram presentes na luta. Podendo ser citado aqui a obra de Helena Capelato, *O movimento de 1932 e a causa paulista* e a de Euclides Figueiredo, *Contribuição para a história da Revolução Constitucionalista*.

Fica claro que o processo inicial que desemboca na luta armada tem o eixo principal em São Paulo e em seus líderes políticos. Porém, isso garante que o desenrolar dessa “guerra” se resume a este estado? Ou que os outros estados não tenham relevância nos embates a cerca da constitucionalização? Talvez seja possível afirmar que a nação foi inteiramente mobilizada e envolvida no conflito. Getúlio convocou tropas de todos os estados. Nesse momento de incertezas sobre o rumo do país, vários grupos se envolveram na luta, por diversos motivos, confrontando disputas sobre projetos para o Brasil. Os contextos específicos mostram que sem entendê-los a análise sobre a Revolução de 1932 fica prejudicada, pois durante todo o processo, vários sujeitos em vários estados participaram da luta.

Assim sendo, este movimento está diretamente ligado à política nacional adotada pelo novo governo, que chegou ao poder mesmo tendo sido derrotado nas eleições

presidenciais de 01 de março de 1930. O maior movimento armado contra o Governo provisório estendeu-se por todo o país, atraindo seus aliados ou congregando seus opositores. Nas palavras de Stanley Hilton este conflito foi “o maior choque civil ocorrido na história contemporânea do Brasil”. Dessa forma existe uma carência na análise: como os outros estados se envolveram na Revolução? De Paula afirma “que a documentação existente é enorme e surpreende o fato da historiografia brasileira, além de não fazer referências ao tema, geralmente enfatizar seu caráter de um conflito apenas regional”.

Para estes autores é perceptível o impacto desse movimento no país sendo necessário averiguá-lo a partir de uma perspectiva nacional. Para investigar e aprofundar essas questões é imprescindível pensá-las em uma vertente que amplie os horizontes de análise dos eventos e para isso as considerações da nova história política são de extrema importância. René Remond (2003), Falcon (1997) e Fagundes (2008) discutem sobre o tema e apontam para uma nova análise dos eventos políticos com a sociedade. Logo, esse conceito trouxe uma nova possibilidade de abordagem: compreender as motivações que levam um indivíduo, um grupo ou uma sociedade a adotar um determinado comportamento político.

(...) uma análise mais completa do fato político deve observar o processo de agir humano dirigido a objetos, personalidade e a um sistema político entendido como prática política encarnada em atitudes e comportamentos e a inscrita em sentimentos, juízos e percepções. A análise das instituições políticas na experiência societal se acresce de uma dimensão cultural que não as seduz e que se liga a processos com que atores sociais lhe atribuem verdade e legitimidade. (FAGUNDES ,2008,P.131)

René Remond levanta a importância da apreensão de análises acerca da esfera política pela história, também algo que levava grande descrédito pelos historiadores volta à tona, pois afinal:

O indivíduo engajado na política, na escolha de um voto, certamente está preocupado em salvaguardar seus interesses e os do grupo ao qual pertence. Mas há muito mais que isso. Ele tem convicções, ideias e até paixões como a inveja, o ódio, o medo, o imaginário, o sonho, a utopia, a generosidade, e tudo isso se expressa na política. (REMOND, 2003: 9).

O objetivo deste estudo é investigar a participação da Paraíba no movimento deflagrado pelos paulistas contra a ditadura de Getúlio Vargas, em 1932, conhecido como Revolução Constitucionalista. O interesse por este objeto de estudo se deu quando ainda

nos primeiros dois anos da graduação fui fazer uma pesquisa com meu pai em João Pessoa. Estávamos colhendo dados para o livro que ele estava escrevendo sobre a participação do meu avô Manuel em duas revoluções: a de Princesa, em 1930 e a Revolução Constitucionalista de 1932.

Quando cheguei ao batalhão da Polícia Militar da Paraíba pude ler alguns jornais sobre a participação do Estado neste movimento. O interesse só fez se aumentar. O fato de eu ter um avô que participou da Revolução de 1932 tornava possível reler os fatos através da narrativa de um participante do movimento. Apesar de ele ter falecido em 1987, meu pai tinha gravado relatos do meu avô e possuía também alguns escritos que tornava possível a produção de uma obra. O que me intrigava era o que de fato levou a Paraíba a participar desta revolução, movimento de paulistas contra o governo federal. O fato de os documentos sobre a participação deste estado na revolução serem escassos tornou bem difícil a produção deste estudo. Mas era preciso o empenho. A colaboração do Tenente Onivan e do Capitão Rufino foi de suma importância para que eu pudesse iniciar este estudo. Foi através deles que tive acesso aos arquivos da PMPB e pude consultar exemplares do periódico “A União”, jornal oficial do estado da Paraíba e que possui em seus registros dados importantíssimos não só sobre esta revolução, mas de todos os eventos políticos imprescindíveis na construção desta análise. Usei como base também a única obra que relata esta participação: o livro *Soldados da Paraíba*, de Guilherme Falcone.

Como a Segunda República aparece como um momento de transição seja política ou econômica – a crise de 1929 repercutiu diretamente sobre as forças produtoras rurais que perderam do governo os subsídios que garantiam a produção, marco referencial para a entrada do Brasil no mundo capitalista de produção- num contexto preocupante o fato de se levantar um material histórico do período de 1929-1932 nos permite uma visão mais nítida das questões e de seus limites, o que nos leva a encarar a sua importância e significado.

No primeiro capítulo busco uma contextualização nacional a partir de 1929. O movimento de 1930 insere-se num quadro social e econômico de grande apreensão, não só dentro das fronteiras brasileiras, mas no mundo todo. Com a quebra da bolsa de Nova Iorque ocorrida em outubro de 1929, inicia-se uma crise econômica de escala mundial, esmagando todas as economias com alguma participação nos mercados internacionais,

no caso do Brasil, suas exportações de café. É nesse momento que chega a um triste fim a irracional ligação do Brasil com a cultura cafeeira. Além de não ser um gênero de primeira necessidade na dieta de qualquer indivíduo, o café ocupava a esmagadora maioria das terras cultiváveis do país, impedindo uma diversidade das suas exportações. O cenário era de instabilidade não só econômica como política também. Para as eleições de 1º de março de 1930, houve a ruptura entre São Paulo e Minas Gerais, que dominavam os rumos do país quase que desde a instituição da República com a chamada política do “café com leite”. Ante a insistência do presidente Washington Luís em lançar como candidato seu apadrinhado político, Júlio Prestes, outro paulista, ao invés de Antônio Carlos, presidente de Minas Gerais, causou a discórdia entre os dois estados. Surge pela primeira vez no período republicano um cenário onde a oposição tinha verdadeiras chances de vitória, com a formação da Aliança Liberal, unindo as oligarquias de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Getúlio Vargas e João Pessoa compõem a chapa majoritária. Entretanto, mais uma vez a fraude eleitoral faz com que a situação leve a melhor e Júlio Prestes é eleito. A situação econômica insustentável, porém, ia se unir ao estranho assassinato do candidato à vice-presidência da Aliança Liberal, João Pessoa, envolvido num caso de lutas políticas regionais misturadas a um crime passional que estava diretamente ligado aos seus inimigos políticos dentro do seu próprio Estado. Seu assassinato passa a ser visto e alardeado como manobra do governo para calar qualquer opositor. E este fato se torna culminante para a compreensão da entrada das tropas paraibanas no conflito nacional de 1932.

Já no segundo capítulo trabalho com alguns fatos que comprovam a relevância do estado da Paraíba em acontecimentos históricos de nosso país. Sigo com o contexto paraibano nos anos de 1930, com a Revolta de Princesa e com o processo de mobilização para a revolução que procura cada vez mais atrair pessoas para o alistamento e o ingresso de diversos sujeitos nas tropas paraibanas. Dessa forma e tendo em mente todas essas questões, busco uma nova compreensão da Revolução de 1932, apontando outros elementos antes esquecidos ou pouco lembrados, procurando fugir de explicações generalizantes e superficiais, que analisam esse conflito com foco sempre em São Paulo. Apagando assim a relevância de outros estados nesse conflito.

O Brasil no início dos anos 1930 e o contexto paraibano

No período de 1926 a 1930 quem estava à frente do país era Washington Luís. Quando tomava uma decisão não admitia interferências e nem negociações. Foi assim, com toda essa personalidade que no momento, em que julgou oportuno apresentou seu sucessor: Júlio Prestes, governador de São Paulo. Pela política vigente (a chamada política do “café com leite”) desde a instituição da República, seu sucessor deveria ser um mineiro. O candidato natural era Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, de Minas Gerais, com quem Washington Luís não simpatizava. Os paulistas estimulados pelo presidente lançam o nome de Júlio Prestes, amigo de Washington Luís. Segundo Donato (2002):

“Extremadas. Assim tem sido as referências ao movimento cívico-patriótico-militar ocorrido em 1932, preparado em vários estados, porém centralizado em São Paulo. Ainda de acordo com esse autor, é que, sem paralelo na história nacional, as paixões, os interesses, os recursos mobilizados, as artimanhas políticas destinadas a robustecê-lo ou fragilizá-lo, a entrega total de dezenas de milhares de vontades em favor ou contra o levante, as intenções mais puras e as mais espúrias, atuaram juntas e embaraçadas, todas tendo como justificar-se. O fulcro das justificações remonta aos anos vinte, mais precisamente no final deles”.

Aquele era um momento delicado para o país. No seu livro, *História da Revolução de 32*, Donato nos mostra que a quebra da bolsa de Nova York, abalo de extensão universal foi à precursora para o início da crise que viríamos a enfrentar. O valor do café mergulhou de imediato, trinta por cento. Os estoques mundiais suficientes para sete anos. Por todo o interior e em seguida na capital, inadimplência, falências, desemprego.

Ao cair o café- paulista por excelência- arrastou a economia nacional. O produto tornou-se o “primeiro inimigo da ordem constituída”, no dizer Assis Chateaubriand. O governo estadual, em nome dos cafeicultores, depositou nas mãos de Washington Luís a sua salvação. Firme na política econômica com a qual se identificava, o presidente recusou aos paulistas a ajuda moratória. Recusou sabendo comprometer o apoio até ali constante da potência agrária.

Arruinando o câmbio, convulsionada a ordem social, suspensas as obras públicas, alterando o panorama da propriedade rural com muitas fazendas entregues aos bancos e credores e por estes divididos entre sitiante, antigos colonos portugueses, espanhóis, italianos, alemães. Tudo mudava rápida e radicalmente. Para situação grave, remédio

amargo: manutenção a qualquer preço da política econômica, o presidente convencer-se de que a sua fórmula de enfrentar as dificuldades, embora criticada naquele instante, continha os elementos adequados para vencer a crise. Não de imediato, mas com segurança. Entregar a presidência a quem não lhe fosse decididamente fiel, seria desviar o rumo no qual já tanto se estranhava. Ousou o máximo a que se haviam permitido os mandatários republicanos: quebrar a alternância São Paulo- Minas Gerais

Todavia, a decisão de manter o nome de Júlio Prestes como o candidato a sucessão causou descontentamentos e como consequência tem-se o surgimento de uma chapa de oposição, que tinha a frente o gaúcho Getúlio Dorneles Vargas, presidente do Rio Grande do Sul e como seu vice, trazia João Pessoa Cavalcanti, que até então governava o estado da Paraíba. Esta chapa recebia o importante apoio de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente de Minas Gerais. Essa aliança entre os estados do Rio Grande do Sul, Paraíba e Minas Gerais recebeu o nome de Aliança Nacional e seria a base civil do futuro movimento revolucionário.

A tensão aumentava entre os partidários. As discussões tornaram-se violentas e muitas das vezes iam para o enfrentamento físico. Havia acusações e pedidos de satisfação pela parte que se sentia ofendida. A paixão levava ao descontrole total.

O final de 1929 veio encontrar o Congresso na efervescência de uma campanha eleitoral exaltada. Para evitar que a oposição fizesse uso da tribuna como palanque eleitoral, os governistas impediram a abertura das sessões, negando o quórum para realização dos trabalhos. Os populares que apoiavam a candidatura de Getúlio logo perceberam o que se passava e passaram a ir, todas as tardes, à Câmara. Como não tinham acesso às galerias, a oposição vinha às escadarias e realizava comícios e com sua retórica atingia os candidatos governistas. Aquilo se repetia a cada dia. A oposição falava, o povo aplaudia. E ali, em meio ao povo sempre havia os agitadores, que provocavam a desordem. Alguns governistas costumavam acompanhar, em tom de deboche, o que se passava. Nesses comícios os ânimos estavam sempre exaltados que resultou no assassinato do deputado governista Sousa Filho. A tragédia fez com que os espíritos se aquietassem, mas não diminuiu as atividades de ambas as partes para fazer de seu candidato o escolhido nas urnas.

Segundo Fausto (2007), no dia 1º de março de 1930, realizadas as eleições, ganha o candidato governista. Os adversários não contestaram. Getúlio até aceitara sua derrota e reconhecera Júlio Prestes como o novo presidente. Até então tudo se encaminhava para a posse, em 15 de Novembro daquele ano. Porém, um incidente veio a tumultuar o processo e daí desencadeou-se uma série de acontecimentos, que culminaram com a queda de Washington Luís e o fim da República Velha.

Este acontecimento foi o assassinato, em 26 de Julho, do ex-candidato a vice-presidência João Pessoa. O mandante foi João Dantas, chefe político de prestígio que dominava parte do sertão paraibano e que há algum tempo, como mostra Rodrigues (1981), o presidente paraibano se indispusera. A indisposição se intensificaria com o incidente que marcou o início do levante de Princesa. A morte de João Pessoa trouxe um forte abalo nos meios políticos e junto ao povo. O fato repercutiu por todo o país gerando um sentimento de ódio e revolta contra o governo federal, por imaginar-se tratar de um crime ligado às recentes eleições.

Em 28 de fevereiro de 1930, véspera das eleições, inicia-se na Paraíba um conflito: A Revolução de Princesa. Inês Caminha L. Rodrigues nos apresenta os fatos em sua obra *A Revolta de Princesa: poder privado x poder público*. Ao término do mandato do governador João Suassuna, no ano de 1926, João Pessoa assume e comprova que os cofres do Estado estão vazios, os fornecedores há muito não eram pagos, os funcionários públicos estavam sem receber o salário do mês. O novo governador começa um processo para reverter tal situação, combatendo a sonegação e obtendo de imediato um desafogo que lhe permitiu sanar parte das dívidas. Contudo, essas medidas não agradaram nem um pouco aos caciques políticos do Estado, uma vez que estes não se achavam na obrigação de recolher impostos.

Com isso a tensão só se fazia aumentar entre o governador e as forças político econômicas do Estado. E esta tensão manteve-se durante todo o governo de João Pessoa. Em 1929, os ânimos só se fizeram aumentar com o decreto que João Pessoa, Já candidato á vice-presidência baixou cujo impedia, no Estado, a reeleição de deputados federais, restringindo, assim, a ação de seus opositores. Porém abriu uma exceção ao seu primo, Carlos Pessoa, este sim, poderia recandidatar-se. Esse fato tornou a situação um pouco mais calorosa.

Essa atitude de João Pessoa afetou diretamente o coronel José Pereira, que controlava a cidade de Princesa, cidadezinha localizada a sudoeste da Paraíba. Esse coronel, juntamente com seus jagunços controlava todo o oeste do Estado. Fraudando resultado das urnas, mantinha um elenco de deputados estaduais e também podia controlar uma pequena bancada na Câmara Federal, que era conhecida como os deputados de Princesa. O chefe político então, atingido frontalmente, protesta junto ao governador, sem, contudo obter êxito.

Sendo assim, sentindo-se prejudicado com o resultado das eleições se revolta, e em 1º de junho de 1930, assina o Decreto nº 1, tornando Princesa independente da Paraíba. Como consequência, tem início então, uma guerra civil dentro do Estado. O governo legal tinha dificuldades de reprimir, já que o ministério da Guerra recusava-lhe a compra do material bélico necessário, enquanto que José Pereira tinha acesso a armas e munições no mercado do contrabando.

Quando em 1930, João Pessoa, se tornou candidato a vice presidência pela oposição, não hesitou em impedir a propaganda do candidato governista Júlio Prestes dentro da Paraíba, afastando de suas funções públicas o responsável por essa campanha, o desembargador Heráclito Cavalcanti. A justificativa foi que ao adotar uma corrente política, Cavalcanti, deixou de ter a isenção requerida a um juiz.

Após as eleições em Março de 1930, era de se esperar que João Pessoa conseguisse reverter a seu favor a nova bancada devido ao artifício utilizado por ele para barrar a campanha do seu adversário. Entretanto, dentro do sistema formado pelo presidente Afonso Pena (1906-1910), a votação dos candidatos deveria ser submetida a uma Comissão Verificadora de Poderes, para análise de cada nome, antes da confirmação de sua eleição. Essa comissão formada pelo presidente da antiga legislatura, mais dois de seus deputados, analisou com especial atenção os deputados eleitos pelos três estados que comandaram a oposição ao governo federal. Assim, foram cortados e substituídos todos os nomes que o governo federal julgou inconvenientes, ou seja, todos aqueles que apoiavam João Pessoa, alterando as bancadas de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul a seu favor.

A Paraíba foi dada uma atenção especial, devido às provocações ocorridas durante a campanha. Foram cortados praticamente todos os candidatos de João Pessoa, enquanto

que os deputados da República de Princesa foram eleitos. João Pessoa estava duplamente derrotado: perdera sua bancada na Câmara e a eleição presidencial.

Com a derrota, os velhos políticos da AL pretenderam compor-se com os vitoriosos, o que seria normal na República Velha. Mas existia uma ala de políticos jovens, dentre eles Flores da Cunha, que não aceitavam uma situação na qual sua ascensão política permanecia dependente. Portanto, optaram pela via armada, e assim, aproximaram-se dos tenentes. Esta aproximação devia-se a experiência revolucionária destes. A conspiração teve várias oscilações devido à posição conciliatória dos velhos oligarcas da AL, inclusive do próprio Getúlio Vargas. Mas, foi encorajada pelo corte dos deputados federais eleitos por Minas Gerais e Paraíba e mais ainda pelo assassinato de João Pessoa. Como já dito, os motivos eram locais, mas foi explorado politicamente pelos conspiradores. A chefia militar coube ao tenente-coronel Góis Monteiro, elemento de confiança dos políticos gaúchos. No dia 3 de outubro a revolta eclodiu no Rio Grande do Sul, e logo em seguida, sob a chefia de Juarez Távora, no nordeste.

No momento em que se esperava um enorme choque entre as tropas gaúchas e paulistas, no dia 24 de outubro, o presidente Washington Luís foi deposto por um grupo de oficiais de alto escalão das Forças Armadas. Formou-se a partir daí a Junta Governativa Provisória. Em 3 de novembro, após algumas hesitações a Junta passa o poder a Getúlio Vargas.

Sabe-se que quando Getúlio assumiu a presidência em 1930, pôe fim à supremacia paulista na política nacional, além de suspender a Constituição de 1891 e nomear interventores para todos os Estados, com a exceção de Minas Gerais. Assim as leis passaram a ser feitas diretamente pelo presidente, pois o Congresso Nacional foi fechado e os governadores destituídos. No lugar deles Vargas nomeava interventores. Percebe-se, pois um quadro de total falta de democracia no governo desse presidente.

Em São Paulo, políticos e intelectuais sentiam-se traídos. Queriam que houvesse imediatamente eleições para escolher uma Assembléia Constituinte. As velhas oligarquias cafeeiras, ligadas ao PRP (Partido Republicano Paulista), aproveitaram sua insatisfação para apoiar o movimento, na tentativa de recuperar o antigo poder, que escapara de suas garras em 1930. Em 1932 a irritação das oligarquias paulistas com Vargas não cede sequer com a nomeação de um paulista, Pedro de Toledo, como

interventor do Estado e começa-se a tramar um movimento armado visando à derrubada de Vargas, sob a bandeira da proclamação de uma nova Constituição para o Brasil.

Para aumentar ainda mais a tensão, no dia 23 de maio de 1932, num protesto contra a política intervencionista, quatro estudantes paulistas, Martins, Miragaia, Drausio e Camargo, foram mortos em choque contra a política getulista e tornaram-se mártires da revolução, dando origem ao movimento cujo nome leva as iniciais de seus nomes (MMDC). Para debelar o movimento, Getúlio Vargas convocou tropas federais e contou com um grande contingente de voluntários civis e militares e o apoio de políticos de outros Estados, antigos apoiadores da Revolução de 1930. Efetivos de diversas Polícias Militares de todo país foram convocados para, ao lado de tropas federais, combaterem o movimento revolucionário paulista de 1932. Da Paraíba foram enviados para essas lutas três Batalhões de voluntários e uma Companhia do quadro efetivo da Corporação da Polícia Militar da Paraíba.

Na época em que estourou a revolução, estava à frente ao governo da Paraíba, Gratuliano de Brito que assumiu o Governo em caráter provisório como interventor para substituir Anthenor Navarro, e em junho foi efetivado nas funções. Seu governo foi atingido pela famosa seca de 32 e pela Revolução de São Paulo. Recebeu do Ministro José Américo apoio no combate à seca e, para debelar o movimento de São Paulo enviou soldados da Polícia Militar e voluntários. Era fiel seguidor dos princípios políticos defendidos por Vargas e dotado de amplo espírito cívico. Participava ativamente da luta armada na Revolução de 1930. Portanto, era de seu interesse defender as causas da revolução que ajudou a fazer.

Como nos mostra Lopes (2009), Pedro de Toledo, no dia 10 de julho de 1932, pouco depois de ser aclamado governador de São Paulo, como uma das primeiras medidas da guerra que fora iniciada no dia anterior, afirmava em seu comunicado à nação que “São Paulo não tem outra aspiração senão a ordem legal, a paz, o trabalho, dentro da grande pátria brasileira, una e indivisível, governada pelo voto livre de todos os brasileiros”.

Com essas palavras, algumas reivindicações que justificavam a luta para São Paulo ficam claras: a ordem legal no Brasil contra a ditadura e a favor do voto livre, ao mesmo tempo em que pregava-se a necessidade do retorno ao regime constitucional. A constitucionalização, em oposição ao regime de exceção estabelecido por Getúlio

Vargas desde sua subida ao poder em outubro de 1930, assim, era o grande eixo da luta, imortalizada no nome mais recorrente do confronto, “Revolução Constitucionalista de 1932”.

Lopes nos mostra ainda que se, no Estado bandeirante, a chamada “Revolução de 1930” não foi esquecida para justificar a luta, por parte do Governo Provisório e seus aliados não seria diferente. As apropriações desse movimento político, no lado varguista do *front*, são utilizadas em vários momentos, oriundos de diversos setores da sociedade, constituindo-se como o elemento central da legitimação da luta contra São Paulo. Desde as primeiras manifestações oficiais, os objetivos e interesses dos lados envolvidos na guerra começaram a ser definidos, a partir dessa ótica. Segundo Simone de Souza:

A “Revolução de 30” é considerada, para o Nordeste, o momento de sua redenção política e econômica. Com o processo de marginalização em que era colocada a região desde a Primeira República, segundo o pensamento de sua elite política, a Revolução iria proporcionar ao Nordeste a abertura de um espaço para a participação mais efetiva na vida política do país.

Sendo assim, a construção da legitimação e a busca por aliados em outros estados, inclusive a Paraíba durante a Revolução de 1932 não pode ser apenas analisada como ato oficial do interventor. Ao contrário, é preciso observar as relações com o processo maior que se apresenta, iniciado com a tomada do poder por Vargas, em 1930. A memória coletiva não deixava esquecer a revolução de 1930 e Juarez Távora e João Pessoa, dois de seus maiores representantes. A quase exclusão do nordeste na política nacional e a seca que assombrava toda a região. Todos esses fatores fizeram com que os paraibanos se mobilizassem e seus soldados, sejam militares, ex-combatentes ou voluntários, lutassem a favor de Vargas no conflito de 1932 e reafirmassem e defendessem seus ideais.

A Paraíba dentro do conflito de 1932: a paixão os teria movido?

Segundo Rodrigues (2009), desde o início da guerra de 1932, ficou claro para o Governo Provisório que a forma de apoio mais efetiva dos Estados do nordeste seria o envio de batalhões provisórios. Para tanto, a busca por uma legitimação do combate contra os inimigos foi intensa, articulada por diversas pessoas e setores políticos que apoiavam Getúlio Vargas e sua nova e, de certo modo ainda pouco definida proposta de governo. Contudo, o envolvimento com a guerra não deveria ser restrito apenas aos aliados e ao Exército. A situação era de guerra e toda a população deveria se envolver na causa revolucionária, até mesmo os que não partiram para o *front* de batalhas.

O periódico A União de 12 de julho de 1932, nos mostra que quando Gratuliano soube da revolução estava em cajazeiras, cidade do alto sertão paraibano. Este recebeu um telegrama do ministro Francisco Campos, que descrevia a revolta no estado do Mato Grosso. Imediatamente Gratuliano respondeu o telegrama e notificou o retomo para a capital, para prestar apoio ao governo central. O espírito revolucionário de 1930 tinha retomado no discurso dos “aliancistas”. Como retomo da tensão dos 70 dias antecedentes do Movimento de 1930, a Paraíba se viu num verdadeiro campo de batalha. O jovem interventor, como aponta o jornal A União de 18 de julho de 1932, trocava constantemente telegramas com o interventor Flores da Cunha, interventor do Rio Grande do Sul, lembravam os tempos gloriosos da vitória de outubro e incentivavam a soldadesca a salvar a República. Um discurso foi publicado por Gratuliano de Brito de incentivo aos soldados que marchavam para São Paulo. Nota-se que a “Revolução” de 1930 era a garantia da vitória das tropas. A semana de envio das tropas era uma semana de “comemorações” em relação à morte de João Pessoa e ao dia do Nego.

Soldados da Paraíba!

“Digo soldados e assim tenho certeza de que falo a todos os paraibanos por que cada um, comerciante, industrial, agricultor, operário, funcionário público, militar do Exército e da polícia, estudante- é um soldado em continência ao chefe da Nação, pela grandeza do Brasil.

Em verdade não vos venho dirigir uma proclamação por que isso seria pretender despertar-vos um civismo que sinto vivo, palpitante, como que borbulhando nas vossas almas.

Tenho a suprema felicidade de afirmar ao país- como já afirmei- que a semente do patriotismo puro que Vidal de Negreiros plantou nas terras da Paraíba, germinou e cresceu através dos tempos regado pelo sangue de tantos heróis que refulgem nas páginas da nossa história, entre os quais aparecem como estrelas de primeira grandeza no meio de uma constelação infinita- Peregrino de Carvalho e João Pessoa.

Quero apenas neste instante decisivo, para a integridade da Pátria, chamar a vossa atenção para as responsabilidades que tocam a Paraíba na nova forma de governo decorrente da vitória de 21 de outubro de 1930.

Foi do Palácio, hoje chamado de Redenção, que partiu o “NEGO” pronunciado pela voz do Grande Presidente, até aquele dia admirado como um conspícuo chefe de estado e, de então por diante, consagrado por vós e pelo povo brasileiro como o maior sonhador e o mais autêntico batalhador em prol de um Brasil, tão grande na sua significação político-social, quanto na extensão do seu território. E trilhando sobranceiramente a senda do compromisso assumido pela palavra do seu chefe, o nosso Estado, numa encantadora demonstração de dignidade cívica foi às urnas e deu mais do que um chefe prometera.

Ainda assim, a fatalidade histórica não se contentou. Eis que surge a contingência imperiosa de uma luta armada e a Paraíba, imbele, desprovida de meios, sozinha no Nordeste, arrastou com o sacrifício, mantendo acesa nos contrafortes adustos da Borborema e ao sopro do sentimento cívico de José Américo, a centelha que se propagou num incêndio de patriotismo produzindo a epopeia da redenção nacional.

Veio o triunfo e o nosso estado voltou a vida normal, procurando restaurar as energias perdidas, mais precisamente no momento em que enfrentava uma calamidade pública, é tragada pela morte, no posto que a revolução lhe confiará, a figura promissora de Antenor Navarro.

Tudo isso demonstra que as nossas energias são retemperadas no próprio sacrifício e agora que o chefe da Nação apela para os brasileiros seria um crime a nossa indiferença.

Vêde bem: - não combatemos São Paulo e sim meia dúzia de políticos oportunistas que, abusando da irreflexão de uma mocidade civil e militar culta e vibrátil, desencadeia uma luta fratricida e fica nos gabinetes para usufruir depois os proventos de seu plano.

Marchai, soldados da Paraíba, que a vitória é certa. Só tenho duas cousas a pedir-vos: - no aceso do combate, lembrai-vos de que antes de tudo sois paraibanos e que o espírito de João Pessoa paira sobre vossas cabeças iluminando as vossas trincheiras e abençoando a vossa bravura.” A UNIÃO, 21 jul,1932.p1

A Briososa, como é conhecida a Polícia Militar da Paraíba, desde sua criação esteve sempre presente em quase todos os grandes momentos da história do país. O coronel João Batista de Lima na sua obra, *A Briososa: a história da Polícia Militar da Paraíba* nos mostra que ao longo de mais de 170 anos de existência, a Polícia Militar da Paraíba teve participações relevantes em momentos históricos não só do Estado, como também do Brasil. “Sempre que solicitada e empregada para ações típicas de tropa do Exército, apresentou bravura e obteve êxito”, nos diz o autor. Alguns desses acontecimentos, ocorridos durante e pós -período imperial são citados em sua obra.

O primeiro destes acontecimentos citados aconteceu em 1849. Trata-se de movimento armado no Recife, que ganhou o nome de Revolução Praieira e cujo objetivo era depor o presidente daquela província. O presidente da Paraíba, nesta época era o Dr. João Antônio, que informado da ameaça de invasão da vila de Pedra de Fogo por um grupo de rebeldes, enviou para o local um efetivo de quarenta homens. Ali, meses depois, deu-se o batismo de fogo da Força Policial.

Outro acontecimento ocorrido no Brasil que a Força Policial da Paraíba participou, mostrado ainda por Lima (2000) e que obteve grande repercussão foi a Guerra do Paraguai. Quando da declaração da guerra, o império convocou todas as tropas de primeira linha existentes nas províncias. Da Paraíba foram enviados contingentes da Guarda nacional, corpos de voluntários e todo o efetivo da Força Policial que se incorporaram as forças imperiais, no Rio de Janeiro. Nessa guerra sangrenta nota-se a presença dos grandes líderes do Exército Brasileiro. Dentre eles o coronel Lima cita os nomes de Luís Alves de Lima e Silva e Manuel Luís Osório. “Eles estavam à frente dos valorosos soldados, cujos vários eram voluntários”. Dos 144.000 brasileiros que participaram da Guerra contra o Paraguai, 33.000 não regressaram. Destes, presume-se que 3.129 eram paraibanos, dos quais voltaram apenas uma centena. E mais uma vez a Paraíba teve grande relevância neste confronto. Tanto que foi digna de ser mencionada em algumas obras importantes publicadas. Foi mencionado no livro editado pelo sócio do Instituto Histórico José Fernandes de Lima ao publicar o *Diário da Guerra do Paraguai*, do Dr. José Campello d’ Albuquerque Galvão, grande político e advogado pernambucano. Também foi citado em Aspectos da Participação da Paraíba na Guerra do Paraguai, publicada na Revista nº 18 do Instituto Histórico, artigo este escrito pelo confrade José Pedro Nicodemos. Citamos ainda o trabalho do escritor paraibano Tenente Francisco Antônio Carneiro da Cunha, in *Os Heróis Paraibanos*. Por fim o confrade Monsenhor Eurivaldo Caldas Tavares, no seu livro *Século e Meio de Bravura e Heroísmo*, revelam vários nomes dos paraibanos que, voluntariamente, estiveram nos campos de batalha.

Já no século XX, Parayba (2009) em sua obra *Quando Florescem os ipês*, cita a participação da Força policial paraibana num conflito, em 1912, na região do cariri paraibano, onde teve de enfrentar um grupo armado. Este grupo, sob liderança de João Santa Cruz e Franklin Dantas, pretendia, por motivos políticos, criar a desordem no

interior do estado para que justificasse a intervenção federal e a deposição do presidente do estado. A Força Policial, mais uma vez resolveu a situação.

Ainda de acordo com este autor, em 1926, “os paraibanos enfrentaram com bravura a Coluna Prestes quando passara pelo nordeste”. A tropa perseguiu a Coluna desde a cidade de Souza, por onde ele entrou até a cidade de Princesa Isabel. Já na obra de Rodrigues (1981) verificamos que quatro anos mais tarde, em 1930, a guerra civil de Princesa teve em cena, mais uma vez a Força Policial. Foram quatro meses de combates. Essa foi a primeira batalha enfrentada pelo meu avô, Manuel Antônio de Souza, o soldado 47.

Sobre a Revolta de Princesa, trata-se de um movimento sedioso que envolveu, de um lado, os comandados do “coronel” José Pereira Lima e, do outro, as tropas da polícia militar da Paraíba. Iniciou-se a 28 de fevereiro de 1930, com o rompimento político-partidário entre José Pereira e João Pessoa e se prolongou até 26 de Julho daquele ano.

Nas palavras de Rodrigues (1981), “a Revolta de Princesa se constituiu numa reação voluntária a forças contrárias ao mandonismo local. João Pessoa chega à presidência da Paraíba desprovido de vivência político-partidária”. João Pessoa tinha vindo da capital do país, onde exercia o cargo de ministro do então Supremo Tribunal Militar. Não tinha, pois, conhecimento da realidade que iria governar. Esta autora caracteriza João Pessoa como detentor “de um espírito inovador”. E diz ainda que ele objetivava delinear “um programa de reformas para moralização dos costumes”. Com o objetivo de realizar suas metas, tenta impor uma administração regida por padrões que não levam em conta as velhas práticas consolidadas pela tradição e apoiadas no prestígio dos “coronéis”. A implantação dessas metas ditadas pelo idealismo do governador paraibano iria, necessariamente, “contrariar os interesses e a influência dos grupos tradicionais. Esses grupos têm no movimento armado de Princesa sua reação mais veemente”. Entretanto, a revolta só tomaria as proporções às qual chegou ao concurso de outros fatores conjunturais.

Apesar de sua grande influência no sertão paraibano, José Pereira não teria condições de enfrentar as tropas do governo estadual sem a ajuda de “elementos exógenos”, diz Rodrigues. Logo, o fato de João Pessoa ter rompido com o Catete – dia que ficou

conhecido como o “dia do nego”- e ser indicado como candidato à vice-presidência pela oposição tornou José Pereira um aliado do governo federal. Por esse motivo, o coronel obteve grandes facilidades promovidas por Washington Luís e pelos governos dos estados que o apoiavam. Recebia armas, munições e dinheiro. João Pessoa se viu então dificultado em levar a luta à frente. Para aumentar ainda mais a dificuldade, existiam as intrigas entre o governador da Paraíba e seus primos, os Pessoa de Queiroz, proprietários do *Jornal do Commercio* do Recife. Essas intrigas eram, com frequência, publicadas neste jornal e também no jornal oficial da Paraíba, “A União”, como nos mostra Rodrigues (1981).

... o jornal pernambucano abandona a linha de sobriedade e restrita contestação á Lei Tributária, passando a ataques em linguagem panfletária. Adota, assim, a prática que vinha sendo empregada pelo órgão oficial do Estado da Paraíba, *A União*, em relação aos Pessoa de Queiroz, primos e inimigos de João Pessoa e proprietários do *Jornal do Commercio*. O governador paraibano passa a ser chamado de “vulgar e desprezível caluniador” e os redatores de *A União* “ruminantes”, “irresponsáveis alugados”, “sevandijas”. o jornal paraibano, com ausência do presidente do Estado, desfecha então ataque direto, nominal, ao deputado Francisco Pessoa de Queiroz, chamando-o de mentiroso e afirmando que não tardaria, por sua “obsessão de mentira”, a ser empurrado “para dentro das grades de um manicômio”. (RODRIGUES, 1981, p.13-14)

A política financeira implantada por João Pessoa contrariou totalmente os interesses mercantis de seus primos e rivais, acirrando ainda mais o rancor destes contra o primeiro. Os Pessoa de Queiroz aponta Rodrigues (1981), foram mentores da revolta: instigaram o coronel Pereira a iniciar a luta, forjaram a “independência” de Princesa , o jornal e o hino do “ Território Livre”, além de financiarem a luta, servindo, ainda, de agentes arrecadadores de recursos advindos do sul do país para manutenção do movimento.

Ainda de acordo com a obra de Rodrigues, no terreno bélico, a campanha de Princesa se constituiu num confronto onde não se registrou vencedor ou vencido. José Pereira não derrotou as forças estaduais e estas não conseguiram nem mesmo chegar à cidade rebelada. O seu término, por outro lado, foi resultado de um evento que poderíamos considerar fortuito em certa medida: a morte de João Pessoa.

E não foi só com a revolução de Princesa que a morte de João Pessoa colocou fim, nas palavras de Lourival Coutinho: “Não é exagero dizer-se, portanto que a morte de João Pessoa, a força de seu cadáver, é que derrubou o governo de Washington Luís”.

Os adversários do governo federal usaram imediatamente o homicídio para fins políticos. Multiplicaram-se inflamados discursos em que o cadáver servia de libelo contra o governo central. Para maior efeito, decidiu-se fazer o sepultamento não na Paraíba, mas no Rio de Janeiro. No percurso, faziam-se outros agitados pronunciamentos.

Ainda na obra de Rodrigues (1981) tem-se que em cada porto eram realizadas imponentes cerimônias fúnebres. Ao chegar ao Rio de Janeiro no dia 07 de Agosto (oito dias após o embarque), uma enorme multidão aguardava o corpo. Ele foi conduzido então a catedral, ficando ali exposto. O enterro foi realizado no dia seguinte, o que para alguns analistas, teria fins eminentemente exploratórios. No traslado da catedral para o cemitério, o mesmo clima de exacerbada emoção. Agora culminado por cenas de agressões aos guardas-civis que procuravam abrir caminho entre a multidão que tomava a entrada da necrópole. Ao se proceder ao sepultamento, mais discursos.

O ato extremo de João Duarte Dantas seria, pois, o início do fim da República Velha, por vias consideradas revolucionárias. Segundo João Neves da Fontoura, um dos principais aliancistas, a preocupação mais viva que permaneceu “entre nós foi desagrar a Nação pelas armas. (...) O caudal (...) era tão volumoso, de norte a sul, que uma coisa seria fácil prever: os dias do governo e do regime estavam contados”. Alguns anos mais tarde, em outubro de 1931, as tropas paraibanas são solicitadas para colaborar a conter um movimento na capital pernambucana. Tratava-se de um levante militar em Recife. O 22º Batalhão de Caçadores, atual 15º BIMtz, sediado em João Pessoa deslocou-se ao Recife para combater esse movimento. Uma Companhia da Polícia Militar da Paraíba, também participou dessa luta ao lado da Tropa Federal legalista.

É pelas citações acima que se pretende aqui, pesquisar a Revolução Constitucionalista de 1932 dentro das diversas interpretações históricas, levando em consideração o contexto histórico, tem ainda a intensão de mostrar a importância que o conflito representa na história do país, sendo marco do maior conflito militar ocorrido no Brasil no século XX. Reale (1999) analisa a Revolução como fonte direta da reação armada paulista. O movimento tinha dois sentidos que deviam ter sido complementares para o bem do povo: um de natureza política em prol do Estado de direito, tal como pregava a

aliança liberal; o outro se referia a reivindicações sociais, que o pretense “socialismo científico” acabou absorvendo rumo ao Estado totalitário.

Conforme Paula (2008) os partidos de esquerda definem a revolução como uma guerra das oligarquias paulistas, posteriormente corrobora a versão varguista. Na ânsia de encontrar em nosso passado eventos identificados como revolucionário acabam por reafirmar o discurso ditatorial. No estado de São Paulo daquela época, o movimento por uma Constituição para o país conseguiu unir a elite e a classe média contra o governo de Getúlio Vargas. Movidos pela frase “Getúlio nos traiu”, que ecoava em todo o território paulista, aproximadamente 135 mil homens aderiram à luta, que teve três meses de intenso combate e terminou com cerca de 830 soldados mortos.

A sociedade paulista começou a articular-se a partir de uma aliança encabeçada por Júlio de Mesquita Filho. Formou-se então a Frente Única Paulista, unindo democratas e republicanos pela convocação de uma Assembléia Constituinte.

Observando também o fato da convocação das tropas federais e PMs do país feita por Getúlio, é inquestionável o papel essencial das tropas paraibanas no movimento, uma vez que o contingente da Paraíba teve destacadas participações em combates ocorridos na cidade de Capão Bonito, Buri e Itapetinga, na frente sul e em Lindóia, Monte Sião, Campinas e Itapira, na frente norte. Em diversas oportunidades os combates foram decididos em lutas de corpo a corpo, e com uso de arma branca, prevalecendo à destreza e a coragem pessoal dos paraibanos.

Quando, em 1932, eclodiu a Revolução Paulista ou Revolução Constitucionalista, Getúlio Vargas convocou as Tropas federais sediadas nos outros Estados e as Forças Públicas Estaduais para combater esse movimento. Por ocasião desses fatos a Paraíba era Governada pelo Dr. Gratuliano de Brito, na condição de Interventor. Por ser seguidor ardoroso de Getúlio, como já dito, era normal que se interessasse em enviar as suas tropas para participarem do movimento.

Da Paraíba seguiram de imediato, para participar das lutas, duas companhias do 1º Batalhão, e um Batalhão Provisório. Posteriormente foram enviados mais três batalhões, que não chegaram a participar dos confrontos. Esses batalhões eram formados por

voluntários e os oficiais eram civis comissionados, escolhidos entre integrantes de famílias tradicionais do estado.

Nesse momento estava à frente da Força Policial o Tenente Coronel José Mauricio da Costa, que participou das lutas de Princesa Isabel e da revolução de 1930 além de participar dos conflitos em Recife contra os revolucionários que pretendiam depor o Governo daquele Estado. José Maurício era considerado o oficial mais qualificado intelectualmente da Corporação naquela época.

Em 1932 o efetivo do Regimento policial, nome dado a Polícia Militar, aponta Parayba (2009) era de 1.100 homens que eram distribuídos em dois batalhões: um em de João Pessoa e outro em Campina Grande. “Para aumentar o número de homens e alcançar o número equivalente ao de um batalhão foi necessário convocar parte dos Destacamentos do interior do estado além de serem criados mais três batalhões provisórios, formados por voluntários”.

Assim, convocada a Força Policial paraibana, foram enviados mais de 1.600 homens, distribuídos em quatro batalhões, que seguiram rumo ao Rio de Janeiro, onde, juntos com as Tropas de Getúlio, partiram para as frentes de combate. O papel dos paraibanos teve grande relevância na vitória dos legalistas.

Para entender melhor o significado da participação da Paraíba na Revolução de 1932 faz se importante os detalhes do envio das tropas paraibanas. E para tais usarei como base a obra *Soldados da Paraíba* de autoria do Major Guilherme Falcone. Esta obra constitui-se de relatos detalhados feitos pelo major de todo o combate. Inicialmente, no dia 21 de julho daquele ano, foi enviado ao Rio de Janeiro, um efetivo que equivalia a uma Companhia, ou seja, aproximadamente 100 homens comandados pelo capitão Acendino Ferreira Feitosa. Já na semana seguinte, foram enviados mais 700 homens que faziam parte do primeiro Batalhão Provisório. Eram ex- combatentes dos conflitos de Princesa, porém, logo após aquele conflito este mesmo batalhão fora extinto. Este era o batalhão comandado pelo major Falcone.

O desembarque das tropas paraibanas aconteceu como nos diz Falcone, às 23 horas do dia 04 de agosto. Os soldados foram recebidos pelo ministro da Viação e Obras Públicas, José Américo de Almeida. Ficou estabelecido que seguissem para Minas e

formaria o Destacamento Dutra, na coluna do general Jorge Pinheiro. Interessava-se por constituir este destacamento o capitão Aristóteles de Souza Dantas, ex-comandante do Regimento Policial Militar da Paraíba. Segundo Falcone, este oficial havia informado aos soldados, a bordo do “Campo Sales”, no porto do Rio de Janeiro que ele estaria comissionado para comandar a polícia paraibana. Mas nada fora confirmado. Mesmo assim, no dia 7 de agosto ele seguiu para o setor mineiro comandando o 1º batalhão do regimento, sem uma ordem escrita ou verbal que confirmasse a nomeação -nas palavras do major Falcone- o ilustre revolucionário para o comando da unidade que conduzira. Falcone e o major Costa permaneceram na Vila Militar juntamente com o batalhão provisório e com o major Elias Fernandes. O 1º batalhão provisório constava de elementos excluídos do Regimento, por excesso, após a campanha de Princesa. O primeiro passo foi organizar este batalhão de acordo com as exigências do G.E. M para operações de guerra. Em seguida, o chefe do Estado Maior da 1ª Região determinou ao comandante da E.S.I. que formulasse um programa de instrução a ser ministrado à tropa dentro de quarenta e cinco dias, no mínimo.

Já nesses dias, a Turma dos Derrotistas havia invadido quartéis, soltando no seio da tropa os boatos mais aterradores. Ora o batalhão comandado por Souza Dantas havia desaparecido totalmente, ora o capitão José Guedes estava ferido no H.C. E. Contando os últimos minutos de vida; o capitão Antônio Pereira desertara várias vezes, e outras tantas, morrera cortado por uma rajada de metralhadoras pesadas. Sucediã-se os boatos e, com eles, malévolas insinuações capazes de revolucionarem outra qualquer força que não a da Paraíba, com um grande patrimônio moral a defender.

Neste último trecho e em outros tantos da obra de Falcone, juntamente com os publicados do jornal A União, que mais adiante aparecerão aqui descritos, percebe-se que a Paraíba envolveu-se no conflito principalmente a fim de reafirmar a bravura de seus soldados e em nome de João Pessoa. Pelo sangue que por ele foi derramado.

O autor de “ETUDES SUR LE COMBAT” descobriu que “no homem há um elemento invariável que viveu em todos os tempos e pertence a todos os climas- é o coração”. Feri o coração de minha tropa, lembrando-lhe a Paraíba, o reduto de Tavares e o nome de João Pessoa.

Tenho este prazer na coincidência de ter assistido aos meus na hora tétrica da luta, lembrando-lhes a resistência de Tavares e a honra da Paraíba e a memória de João Pessoa. (FALCONE, [s.n.t].

Percebe-se através da leitura da obra de Falcone era extremamente instruído, possuía vasto conhecimento sobre o campo de batalha e era um incansável leitor das obras e de

ditos de homens que fizeram história, como Napoleão; Marmont; Imperador Leão, O Grande; Polybio; dentre outros. E este fato é notório através das passagens registradas em sua obra. Estes ensinamentos eram todos transferidos a sua tropa, durante a luta.

Napoleão ensinava que “a primeira qualidade de um chefe é ter uma cabeça fria que receba justa impressão das cousas; que se não escandeça, que se não deixe fascinar, transportar por boas ou más notícias, na qual se classifiquem as impressões sucessivas que recebe no decurso de uma jornada e aí não encontram senão um justo lugar que mereça ocupar, porque o bom senso a razão dão resultado da comparação de muitas sensações tomadas em igual consideração”. (FALCONE, [s.n.t.], p.10-11)

Após alguns dias de preparação e instruções de combate, como nos mostra *soldados da Paraíba*, a 26 de agosto, às 11 horas, o coronel Martins de Almeida assumiu as funções de seu cargo, recebendo do senhor tenente coronel Odon Bezerra Cavalcanti, o comando das Forças Policiais da Paraíba. A organização, naquele momento, constava de dois batalhões provisórios, acantonados no quartel do 1º R.A.M. e recebia instrução no C. P. M.

O primeiro batalhão, o comandado por Falcone, já vinha, há 20 dias, recebendo instruções. Inteirados disso, por intermédio dos instrutores, o comando da 1º Região Militar, cansado de tantas dificuldades que se lhe opunham, ordenou, de modo peremptório, que o coronel Martins de Almeida fizesse embarcar, naquela mesma noite, para frente Sul de São Paulo um dos batalhões da Paraíba, que se achavam no 1º R.A.M. Falcone narra então o início de sua jornada: “A ordem de embarque me foi transmitida às 6 horas da tarde, pois que o batalhão a seguir era aquele que eu comandava”.

Por não conhecerem nossos homens, diz o major, além de ignorar que todas as praças do 1º btl. Provisório pertencia à reserva do Regimento Policial Militar, o comandante Martins de Almeida, cioso de suas responsabilidades, ponderou às autoridades militares o perigo que corria em lançar aquela gente na luta, sem completar os conhecimentos exigidos pela guerra; tanto mais quanto não ia ainda a meio o programa organizado pelo C. P.M. Desconhecia tanto as virtudes militares da Polícia da Paraíba o coronel Martins de Almeida, que avançou em afirmar ao comandante da 1º Região que a força ignorava por completo o emprego das armas automáticas, manejando mal o F.O. E assim, punha salvo sua responsabilidade sobre qualquer fracasso ou revés.

E Prossegue, às 3 horas da manhã de 26 de agosto, encontrava-se a bordo do “CAMPOS”, o 1º batalhão provisório, pleno de entusiasmo, cuja confiança eletrizante fazia estremecer seu humilde comandante, arrancando-o da habitual frieza para secundar com veemência aquelas palavras de fé, da tropa que ia reafirmar no sul do país, o heroísmo da Paraíba. Conhecedor do valor cultural de cada um dos meus oficiais e testemunha da coragem indomável que os caracterizava, cumpria-me esclarecer-lhes como iríamos agir diante de uma força regular e organizada, diferente, portanto, das lutas heroicamente enfrentadas por eles contra cangaceiros mal armados.

Continua mostrando como incentivava seus soldados: E pouco a pouco fui controlando a bravura dos meus comandados, cujo desgoverno era a única coisa que me causava apreensões. Receava que o batalhão, num lance de heroísmo, se sacrificasse, atirando-me como incompetente a face da Paraíba inteira. Procurei instilar-lhe, habilmente, o sentimento bairrista, visto como estimo um dos melhores fatores no tocante à resistência militar. Não existem corporações fracas quando encontramos corações para defendê-las. “O bairrismo oculta-se no escrínio dos corações.”

Iniciavam-se ali os enfrentamentos entre as tropas paraibanas do 1º batalhão provisório e os rebeldes. A primeira batalha foi em Paranaguá. “O pelotão Souza Dantas recebeu a missão de ocupar a passagem sobre o rio do Peixe, na estrada Jacutinga-Itapira. Juntamente com a Cia Pereira fez com que os paulistas recuassem.” (FALCONE, [s.n.t])

...O inimigo recuava loucamente: - a ponte estava em poder das forças da Paraíba. Morrerá na ação o sargento Reino Coutinho. O inimigo recautivava, porém. Era preciso uma lição; deu-lh'a o tenente Manoel Marques, atravessando, corajosa e desprendidamente, a ponte em chamas para desalojá-los na outra margem. Dessa vez esse oficial fez dois prisioneiros e enterrou quatro cadáveres deixados pelos inimigos. (FALCONE [s.n.t.], p.30)

Assim sendo, a tropa paraibana pode avançar sobre Itapira. No alvorecer do dia 29, o pelotão Souza Dantas, juntamente com a Cia Pereira e o pelotão Gonzaga seguiam quando mais uma vez se depararam com os paulistas. Desta vez houve maiores dificuldades. Um dos prisioneiros informou que o número de paulistas chegava a 700. Eles estavam furiosos. O tenente Alves de Lira percebeu que as forças da Paraíba estavam mal localizadas, por que, violentamente, as metralhadoras e a artilharia inimiga batiam as posições daquele batalhão.

Souza Dantas, compreendendo a extensão do perigo que o ameaçava, e supondo estar à sua retaguarda o 10º B.C., enviou vários estafetas, solicitando reforço, sem obter êxito. Por fim, lhe chegou um pequeno reforço do 11º Regimento, comandado pelo aspirante Geraldo. Mas ainda assim foi necessário a ajuda do coronel Porto Alegre que lhe cedeu uma secção de M.P. . Em seguida chega o reforço do 10º B.C. Só assim, pode-se diminuir a pressão do inimigo. Sem dormir as tropas seguiam firmes. No dia 2 de setembro o batalhão Falcone recebeu a incumbência de desalojar o inimigo que se

aquartelara há alguns dias na cidade de Capão Bonito. A tropa foi conduzida através de 15 caminhões até a cidade. Guilherme Falcone recebeu a colaboração dos tenentes Fredolino Prunes, João Alves de Farias e Vicente Ferreira Chaves junto as suas respectivas Cia para manterem a proteção/defesa das tropas. Assim, Partiram então para o ataque juntamente com a Cia Mangueira e o 1º tenente Lino Guedes dos Anjos. Porém, curiosamente não houve nenhum tiro, pois quando os paraibanos invadiram a cidade, os revolucionários, que não esperavam que as forças legalistas fossem efetuar um ataque, foram pegos de surpresa e abandonaram a cidade às pressas. Esse fato espalhou-se pela região dando assim, notoriedade ao batalhão Falcone.

Em João Pessoa, A União de 7 de Setembro publicava os telegramas abaixo descritos:

A PRIMEIRA FORÇA A ENTRAR EM CAPÃO BONITO FOI O BATALHÃO PARAIBANO DA NOSSA POLÍCIA DO COMANDO DO MAJOR FALCONE .

“Rio, 5- (Urgente)- Interventor Gratuliano Brito- João Pessoa- Seguiremos amanhã. A primeira força que entrou em Capão Bonito foi a paraibana do comando do major falcone. Congratulações. Seguiram para aí hoje, a bordo do “ CAMPOS” estudantes paraibanos. Abraços.- Odon Bezerra Cavalcanti, tenente-coronel sub-comandante”. (FALCONE, [s.n.t.], p. 45).

“Rio, 5- o meu abraço de paraibano pela brilhante vitória do Batalhão do major Falcone. Odon seguirá amanhã com Martins de Almeida para o setor do general Valdomiro. Abraços- PLINIO LEMOS”. (FALCONE, [s.n.t.], p. 46).

Foram publicados também neste periódico, telegramas entre o coronel Dorneles e o Interventor Federal e ainda as respostas a tais telegramas dirigidas a Guilherme Falcone:

“Interventor Federal- João Pessoa- Capão Bonito, 6- Participo ser esplendida a tropa da Paraíba que fez parte do meu destacamento. Os seus pelotões foram os primeiros que comigo entraram em Capão Bonito no dia 2 do corrente. - Tenente – coronel A. Dorneles, comandante vanguarda.” ”. (FALCONE, [s.n.t.], p. 49).

“Engenheiro Ávila Lins- João Pessoa- De Rezende, 3- Tropas legais do Sul e do Norte de São Paulo, após combate conquistaram cidades Cascavel e Capão Bonito e nosso destacamento ocupou estação Vila Queimadas, ficando Cruzeiro pouco além alcance nossos canhões. Bons.- CORONEL ÁVILA LINS, chefe polícia militar”.(FALCONE, [s.n.t.], p. 49).

“Rio, 5- Major Guilherme Falcone- Capão Bonito- Comunicado que levei conhecimento Ministro José Américo, comandante Martins de Almeida,

todos regosijam. Congratulando me apresento bravos companheiros seus dignos comandados fraternais abraços, certo todos saberão cumprir fielmente seu dever até vitória final nossas armas que é mesma vitoriosa Paraíba. Seguiremos amanhã. Abraços. – O. B. Cavalcanti, tenente-coronel, sub-cmt.”. (FALCONE, [s.n.t.], p. 49).

“Rio,5- Major Guilherme Falcone- Capão Bonito- Ao mesmo tempo em que recebíamos a notícia dada pelo general Jorge Pinheiro de que o primeiro batalhão da Força Publica Paraíba em combate próximo Mogi-Mirim fazia 500 prisioneiros inclusive 21 oficiais Força Publica Paulista, tive grata alegria saber que seu btl. foi o primeiro ocupou Capão Bonito. Mande notícias minuciosas para remetê-las à Paraíba onde o povo acompanha cheio de fé ação dos seus bravos emissários. Abraços.- PLINIO LEMOS.” ”. (FALCONE, [s.n.t.], p. 49).

Após essa investida o batalhão paraibano foi encarregado de perseguir o inimigo; no entanto, poucos quilômetros depois acabaram cercados por um forte contingente revolucionário. Esse cerco durou cinco dias e durante esse período as tropas inimigas atacaram várias vezes, mantendo encurralado o batalhão, utilizando nesses ataques carros blindados e aviões, causando várias baixas nas tropas. Parayba (2009) nos conta que “durante o cerco, aconteceu um fato que serviu para comprovar definitivamente a bravura do soldado paraibano. Como os suprimentos demoravam a chegar ao local, na tarde do quarto dia faltou munição nas trincheiras e o inimigo se aproximava perigosamente, a tropa então partiu para o ataque corpo a corpo com uso de armas brancas: baioneta, peixeira, facão... aconteceram muitas mortes. Foi um dos momentos mais difíceis pelo qual o contingente passou”.

Quando perceberam que ficaria em desvantagem na luta com a arma branca a tropa paulista, mais uma vez, se retirou. A cada batalha vencida telegramas eram enviados e publicados no jornal A União. Os paraibanos estavam orgulhosos dos seus soldados. As tropas seguiam em frente.

Marginando o rio da Penha, nos diz Falcone, o btl. Paraibano desbordou pela direita, e após transpor o rio, próximo à foz, marcharam para Mogi-Mirim, ao longo do rio do Peixe, até a região denominada Macucos. Nesse lugar o comandante dividiu o btl. Em três escalões de fogo. O terreno era muito acidentado e coberto por unhas de gato, urtigas e outros espinhos da mesma natureza. Mas estes obstáculos não abalavam o bom humor da tropa que seguia em frente.

O btl. estava sempre alegre, ainda mesmo quando o inimigo culminava na perversidade, incendiando os campos e os canaviais. No mesmo dia, as chamas dum incêndio propagaram-se tanto, que o btl. Se encontrou na contingência de afastar-se tomando a direção de Mogi-Mirim. (FALCONE, [s.n.t], p.30)

Foi esta batalha de Mogi-Mirim que rendeu importantes telegramas enviado ao interventor federal pelo general Jorge Pinheiro e o cap. Souza Dantas e que foram publicados pelo órgão oficial a 6 de setembro. Seguem adiante:

“No combate ontem realizado na frente de Mogi-Mirim, onde foram aprisionados 430 rebeldes, inclusive 25 oficiais e foi apreendido grande cópia de material de guerra, tomou parte saliente o batalhão paraibano, sob comando do cel. Souza Dantas.- GENERAL JORGE PINHEIRO.” (FALCONE, [s.n.t], p.39)

“Cumprindo um dever para que a Paraíba tenha conhecimento de que os seus filhos que sob meu comando tem cumprido o seu dever, marchando na vanguarda do destacamento Dutra, participo a vossencia que, depois de cinco dias de marchas forçadas e combates diuturnos, o batalhão da heroica polícia paraibana entrou vitorioso, na cidade de Itapira, merecendo rasgados elogios dos chefes militares. Infelizmente faleceu o bravo sargento Reino Coutinho, ferido no violento combate na ponte do rio Peixe. De todas as lutas travadas nestes cinco dias saíram feridos cabos Vicente de Aprigio e Jonas Donato e os soldados Urbulino Tranquilino, Pedro Chagas, João Candido Dias, José Alves da Silva, Severino Targino, Severino Ferreira de Souza, Vicente Paulo Nascimento, João Simeão da Silva, José Batista, Baltazar e Cicero Cavalcanti de Lacerda, que estão passando satisfatoriamente. A companhia que ficou no Monte São teve ordem de recolher ao batalhão que continuará em Itapira até razoável repouso. O batalhão apreendeu quatro caminhões e muito material de guerra e munição e fez cinquenta e cinco prisioneiros, inclusive quatro oficiais. O inimigo se retirou, deixando vários mortos insepultos, inclusive um tenente da Força Pública de São Paulo. Cordiais saudações.- Capitão SOUZA DANTAS, comandante da polícia da Paraíba.” (FALCONE,[s.n.t] p. 40)

As batalhas seguiam e os obstáculos aumentavam. A região pela qual passavam a zona montanhosa de Minas Gerais apresentava terreno descampado, cheio de ondulações. Passaram por Brumado, Amparo, Coqueiros nesta ultima os paraibanos tiveram certo trabalho até fazerem o inimigo recuar. Em um desfiladeiro o cap. José Guedes e seus homens foram atacados. As armas automáticas convergiam para o leito da estrada interceptando a marcha da Cia Guedes. Recuaram então, como nos mostra Falcone [s.n.t.] em um de seus relatos. O cap. Guedes articula sua unidade. Partem para o ataque com a seção de metralhadoras leves. Somente assim os paulistas recuaram deixando as forças paraibanas seguirem viagem.

Nos dias 15, 16 e 17 de setembro estiveram na cidade de Pedreiras. No dia 17 foi solicitado que o batalhão cearense substituísse as tropas paraibanas que retornariam a

cidade de Amparo para repousar. Porém pela madrugada do dia 18 os paulistas tentaram retomar a cidade, mas não obteve êxito. A 1º Cia repeliu-o na estrada de Bragança e a 2º, se organizou no trecho Amparo-Coqueiros. A fuzilaria dos rebeldes hostilizou as forças ditatoriais até as ultimas horas do dia 18, mas ainda assim foi derrotada.

Foi publicado no periódico A União, de 22 de setembro de 1932 o bilhete do coronel Dorneles enviado a dois dos oficiais paraibanos e a troca de telegramas entre Guilherme Falcone e Gratuliano Brito:

“Aos senhores tenentes Chaves e Mangueira- Desejo que os meus valentes camaradas percorram as suas trincheiras e digam a cada soldado que eu mando um grande abraço pela bravura e valentia ontem reveladas. Hoje a Paraíba e o resto do Brasil saberão da conduta esplendida de seus soldados. – Tte. Cel. DORNELES.”

“INTERVENTOR FEDERAL- CAPÃO BONITO, 17- Levo conhecimento vossencia a extraordinária bravura do batalhão sob meu comando, em vários e rudes combates em que se tem empenhado e onde o dever de chefe me tem levado as trincheiras e a combater com eles. Devo salientar o valor dos tenentes Lino Guedes, Vicente Chaves e Mangueira, sargentos Caetano Júlio e Manoel Pereira, que honram de modo surpreendente a terra onde nasceram. Cordiais saudações- Guilherme Falcone, major comandante.”

Agradecendo a comunicação o interventor federal da Paraíba, responde cordialmente ao telegrama enviado por Falcone:

“JOÃO PESSOA, MAJOR GUILHERME FALCONE- CAPÃO BONITO- Não me surpreendo extraordinária bravura nossos soldados. Transmita sinceros agradecimentos. Aguardo novas notícias. - GRATULIANO BRITO, interventor federal .”

Já a 23 de setembro, lia-se neste mesmo Jornal, o telegrama dirigido ao Interventor do Estado:

OURO FINO (Minas Gerais), 21- A nossa tropa continua vitoriosa. Nos dias 18 e 19 a cidade de Amparo foi atacada pelos rebeldes. Juntamente com a polícia gaúcha, repelimos o ataque e fizemos 217 prisioneiros. Tivemos ferido o cap. Antonio Pereira, cujo estado é lisonjeiro. No dia 20 recebemos um contingente de 20 homens. O estado de saúde da tropa é bom. Abraços. – EMILIANO NOBREGA.

O batalhão permaneceu na cidade de Amparo até o dia 22 de setembro. Dai partiu para a fazenda Santa Clara. Os soldados sofriam muita pressão por parte do inimigo até o dia 25 quando se retiraram. Os batalhões paraibano, cearense e gaúcho revezavam para descansarem. No dia 29 os paraibanos deveriam seguir para Campinas. Passaram por Entre Montes onde pernoitaram e ali permaneceram até o dia 2 de outubro. Ocuparam

Campinas no dia 3 onde permaneceram até o dia 6 daquele mês e então receberam ordens do coronel Dutra para suspender as hostilidades.

O general Jorge Pinheiro fez lançar por aviões a seguinte proclamação:

“Soldados de São Paulo! Deus sabe que nenhum sentimento de vanglória ou satisfação egoísta desonra o nosso coração ao pisar como vencedores a terra paulista! Deus sabe que vemos o derramamento de vosso sangue com tão intensa mágoa como se fora o nosso próprio sangue, por que ambos fluem da mesma placenta da pátria comum! Quer o nosso, quer o vosso, não mancham nem condecoram a terra “MATER” que o enxuga porque tudo é sangue de filhos amorosos e queridos, que ela não sabe distinguir, nem na gratidão, nem na compaixão!

Soldados de São Paulo, nós sofremos convosco dores dos reveses que vos temos infligido a contragosto, porque sois nossos irmão! E sentimos repugnância em talar com a guerra os vossos campos e ainda mais as vossas cidades! Temo-las respeitadas como objetos de amor, que são do vosso povo, e se um destino cruel nos obriga a combater não manchemos as ruas e as calçadas com horrores da nossa loucura fratricida! Combatamos longe das populações onde se agasalham as fraquezas respeitáveis da mulher, da infância e da velhice! Nós desejamos poupar as vossas cidades, principalmente a maravilhosa pérola paulista, justo objeto de amor e de orgulho.

Soldados paulistas, eu vos convido a pelejar em campo raso, para livrarmos a cidade de Campinas dos perigos e das consequências lamentáveis de um combate!” – GENERAL PINHEIRO. (FALCONE, [s.n.t], p.69)

Os paulistas atenderam ao apelo do general Pinheiro e num gesto de patriotismo deixaram a primeira cidade do interior de São Paulo. As forças paraibanas demoraram ali quatro dias em atitude respeitosa e ordeira e no dia 7 partiram para Jundiaí. Em 11 de outubro dirigiram-se ao Rio de Janeiro. As tropas da Força Pública de São Paulo começaram a abandonar as trincheiras – o que gerou muita revolta entre os voluntários civis, que acusaram o comando da Força Pública de traição. Era o fim da luta armada.

Considerações Finais

Desta forma tentou-se mostrar que a ideia de que a revolução de 1932 foi um conflito regional precisa ser reavaliada. O que dá início as hostilidades iniciais do conflito tem como palco principal São Paulo, porém quando se iniciaram as lutas, em nenhum momento Getúlio e seus aliados pensaram em mantê-las restritas aquele estado. Vargas teve a colaboração dos soldados dos Estados que o apoiavam e mostraram uma importante participação no Movimento de 1930. São Paulo foi cercado pelo Rio Grande do Sul, Minas Gerais e os estados nordestinos, incluindo as forças militares da Paraíba, motivo de reavivamento do discurso “revolucionário” dos aliancistas. A Paraíba foi convocada e enviou um efetivo de aproximadamente 1.600 homens.

Ao analisar o conflito a partir atuação das tropas paraibanas, foi possível perceber que as principais questões envolvendo os batalhões provisórios não constituíram um processo à parte do envolvimento federal na luta. Na verdade, a revolução de 1932 só pode ser compreendida quando percebidas a força e as ações do Governo Provisório e dos paulistas para confirmarem seus projetos de nação. No geral, para a inserção dos estados nordestinos na luta o objetivo era a busca por mudanças nos setores militares, sociais, econômicos e políticos. A Constituição de 1891 minimizou os conflitos intraoligárquicos e garantia a permanência no poder desde que em conformidade com a situação Federal, porém acabou dando forma a um federalismo desigual marcado pela supremacia de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul sobre as demais unidades da federação. Minas Gerais e São Paulo eram detentores das maiores bancadas no Congresso. Porém São Paulo era considerado pelos estados nordestinos o “vilão da história”. Como Lopes (2009) cita em seu trabalho “O estado de São Paulo arrasou as finanças do nosso país com a maldita valorização do café (...)”. São Paulo era o estado mais rico da federação. No nordeste a força do estado bandeirante foi baseada nos privilégios que o modelo político anterior a 1930 lhe oferecia.

Acreditando na possibilidade de uma nova política nacional gerida por Getúlio Vargas, a Paraíba e os demais estados de sua região passaram a acreditar que as mudanças prometidas pela Aliança Liberal- uma delas era combater a seca que o nordeste enfrentava- poderiam significar o começo da prosperidade na região. E o conflito iniciado em São Paulo, nas palavras de Lopes (2009) “foi entendido como um elemento

que veio diminuir a atenção do país para a região nordeste nesse momento de calamidade”. Ainda havia a “degola” de todos os deputados de João Pessoa que foram eleitos em 1º de março de 1930 e não puderam assumir sendo aceita a eleição apenas dos deputados de Princesa. Por fim os paraibanos admiravam imensamente a coragem de dois dos filhos da Paraíba, Juarez Távora e João Pessoa. O primeiro na revolução de 1930 e o segundo no “dia do negro” e na constituição de uma chapa opositora para as eleições presidenciais de março daquele ano. A morte de João Pessoa, como já explicada aconteceu por motivos passionais, no entanto foi tomada como motivo político e acabou por tornar-lhe um herói para o povo paraibano. Um motivo para resistir e lutar por mudanças. Sempre que uma tropa embarcava para essa missão ocorria uma grande manifestação cívica, com desfile de Tropas, presença de muitos estudantes e da população em geral. Lima (2000) mostra que “além de muitos discursos recheados de argumentações patrióticas. Solenemente eram colocadas bandeiras do negro nos uniformes dos milicianos”. E desta forma o paraibano entendia que estava lutando pelos seus ideais, por novas oportunidades e reconhecimento dentro de um cenário nacional.

Ao iniciar minha pesquisa, na busca de dados e informações, descobri que muito pouco ou quase nada se escreveu a respeito da participação paraibana na Revolução Constitucionalista de 1932, quando cerca de mil e quinhentos soldados paraibanos tomaram parte no conflito armado. Espero que este trabalho contribua com uma nova análise deste conflito, preenchendo esta lacuna, senão por suas conclusões ao menos pelas questões aqui levantadas.

ARQUIVOS E FONTES

Arquivos Pesquisados

Arquivo do Comando Geral da PMPB, João Pessoa-PB

Arquivo do quartel da PMPB, João Pessoa-PB

Livros de memórias e literatos

- PARAYBA, Emidio Neves. *Quando florescem os ipês*. Belo Horizonte: Ed. Literato, 2008.

- FALCONE, Guilherme. *Soldados da Parayba*. [s.n.t.]

BIBLIOGRAFIA

Livros, teses e dissertações:

- ABREU, A. A. et. al. (Org.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30*. 2ª ed., RJ: FGV, 2001. p. 3117; 3789.
- AGUIAR, Wellington. “70 anos da Revolução de 30”. A União, caderno especial, João Pessoa, 9 mai.2004, p.5.
- BACZKO, B. *Imaginação Social*. In: *Enciclopédia Einaudi, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda*, v.5, 1984.
- BEZERRA, H. G. *O Jogo do poder: Revolução Paulista de 32*. SP: Moderna, 1988.
- BOSSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. MEC/FNDE- Companhia das Letras. Ed. Schwarcz, 1998.
- CARONE, Edgard. *Revoluções no Brasil Contemporâneo, 1992-1938*. 4 ed. Ver. São Paulo: ática, 1989.
- CAPELATO, M. H. R. *O Movimento de 1932. A Causa Paulista*. São Paulo: Brasiliense (Coleção Tudo é História), 1981. 90 p.
- DE PAULA, Jeziel. *1932: Imagens Construindo a história*. Campinas/Piracicaba: Editora da Unicamp/ Editora Unimep,1998.
- DONATO, Hernani. *História da Revolução Constitucionalista de 1932: comemorando os 70 anos do evento*. São Paulo: IBRASA, 2002.
- FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra. *Matrizes do pensamento culturalista: Tocqueville e Almond- Verba*. Lua Nova. Revista de cultura e política, v.74, p.131-150, 2008
- FALCON, F. *História e poder*. In: CARDOSO, C: VAINFAS, R. (Org.). *Dominíos da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: história e historiografia*. 16ª Ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1997. A

- FIGUEIREDO, Euclides. *Contribuição para a história da Revolução Constitucionalista de 1932*. São Paulo: Ed. Martins, 1981.
- FILHO, Paulo Nogueira. *Ideais e lutas de um burguês progressista: A Guerra Cívica, 1932*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1965.
- HALBAWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- HILTON, Stanley. *A Guerra civil brasileira: história da Revolução Constitucionalista de 1932*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão et al. 5. Ed. Campinas, São Paulo: Ed. Unicamp, 2003.
- LIMA, Coronel João Batista de. *A Briososa: a história da Polícia Militar da Paraíba - PMPB*. João Pessoa/PB: Centro de Ensino da Polícia Militar, 2000. 168 p.
- LOPES, Raimundo Hélio. *Os Batalhões Provisórios: Legitimação, Mobilização e Alistamento para uma Guerra Nacional (Ceará,1932)*. 2009. Tese (mestrado em história). Faculdade de História Social, Universidade Federal do Ceará.
- PAULA, Lafayette Soares de. *São Paulo um Ano Após a Guerra - 1932-1933*. São Paulo: IMESP, 2008.
- POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: *Estudos Históricos*, vol. 02, nº 03. Rio de Janeiro, 1989, p.3-15.
- PONTES, J. A. V. *O Brasil se revolta: o caráter nacional de um movimento democrático*. São Paulo: Editora Terceiro Nome: O Estado de S. Paulo, 2004.
- REALE, Miguel. *O estado democrático de direito e o conflito de ideologias*. São Paulo: Saraiva, 1999.
- RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ: FGV, 2003.
- RODRIGUES, J. P. *O Levante “Constitucionalista” de 1932 e a Força da Tradição: Do confronto bélico à batalha pela memória (1932-1934)*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2009.

- RODRIGUES, Ines Caminha Lopes. *A revolta de Princesa: poder privado x poder instituído*. São Paulo: Editora Brasiliense s.a., 1981.v.19.

- SOUZA, Simone de. *Interventorias no Ceará: Política e Sociedade (1930 – 1935)*. Dissertação de Mestrado. PUC-SP, 1982.

- VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. In: *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, p. 92-105.

- VILLA, M. A. *1932: Imagens de uma Revolução*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

- Periódicos

A União, 12 de jul. 1932, p.1.

A União, 18 de jul. 1932, p.1.

A União, 21 de Jul. 1932, p.1.

A União, 29 de jul. 1932, p.1.

A União, 22 de set. 1932, p.1.

A União, 23 de set. 1932, p.1.

- Fontes eletrônicas

O Estado de S. Paulo. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br>> Acesso em 07 de Dezembro de 2011